

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/14120	19545/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DJ - DAAJ - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DOS TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, E.M.

Considerando que:

1. A mobilidade tem sido encarada como um fator de progresso e desenvolvimento económico e um requisito fundamental para o bem-estar individual e coletivo;
2. Braga tem registado ao longo dos últimos anos, um crescimento populacional e urbano significativo, acompanhando tendências globais que impõem desafios crescentes na gestão da mobilidade urbana e na procura por soluções de transporte mais eficazes, eficientes e sustentáveis.
3. Neste contexto, o **projeto BRT** emerge como uma iniciativa essencial para dotar a cidade de um sistema de transporte público moderno, ecológico e preparado para responder às necessidades de uma população em expansão.
4. Este projeto, enquadrado no Programa de Recuperação e Resiliência, assume um papel estratégico no sistema de mobilidade de Braga e funcionará como a espinha dorsal da rede de transporte público da cidade, articulando-se com a restante rede em operação dos Transportes Urbanos de Braga (TUB), com as redes de transportes intermunicipais das Comunidades Intermunicipais do Cávado e do Ave, com a rede nacional de transporte rodoviário, com o transporte ferroviário e com a mobilidade ciclável e pedonal.



5. Com o alargamento do seu âmbito de intervenção, a TUB, poderá desempenhar um papel central na implementação da estratégia integrada de mobilidade urbana da cidade, designadamente, na implementação, gestão e exploração do novo sistema de mobilidade;
6. Este alargamento de competências contribui, também, para um maior aproveitamento das sinergias geradas entre a mobilidade, os equipamentos e atividades sob a gestão da TUB, permitindo a racionalização das estruturas e meios técnicos e humanos e, sobretudo, promover uma maior integração e equilíbrio nas políticas de mobilidade da cidade;
7. É necessário prever nos estatutos da empresa municipal que a sua representação em entes coletivos é feita pelo Presidente ou Administrador executivo, titular dessa inerência, e que este ocupará automaticamente uma função nos órgãos sociais da associação, em que a empresa municipal participe, como consequência natural do seu cargo.

Assim:

Nos termos do previsto no artigo 22.º -A da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e da alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que aprovou o Regime jurídico das autarquias locais,

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de alteração dos estatutos dos Transportes Urbanos de Braga, Empresa Municipal que se anexa.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Artigo 4.º

Objeto Social

1. A TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M. tem por objeto social a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros, bem como a gestão integrada da mobilidade, dos equipamentos e atividades que, a cada momento, lhe estejam afetos.
2. A TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M. tem ainda por objeto social designadamente a:
 - a) Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano pago, à superfície;
 - b) Elaboração ou promoção de estudos, conceção, planeamento, projetos e construção de infraestruturas necessárias à concretização do seu objeto social, designadamente de ordenamento de zonas destinadas ao estacionamento automóvel **e ao sistema de mobilidade Bus Rapid Transit**.
 - c) Promoção de medidas que incentivem a mobilidade elétrica, através de condições de estacionamento e estacionamento.
3. A TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M. pode exercer atividades acessórias relacionadas com o seu objeto principal, designadamente atividades complementares ou subsidiárias da exploração dos transportes coletivos de passageiros e demais atividades relacionadas com a mobilidade.
4. O Município de Braga poderá delegar na TUB, E.M., os poderes necessários à execução do seu objeto social, especificando as prerrogativas do pessoal que exerça funções de autoridade, designadamente no âmbito de poderes de fiscalização.

Artigo 5.º

Atribuições

1. Constituem atribuições da TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.:
 - a) Assegurar a prestação do serviço de transporte coletivo de passageiros de acordo com os objetivos setoriais definidos pelo Município de Braga.
 - b) Assegurar a colocação de sinalização indicativa dos locais de entrada e saída dos passageiros utentes da TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M., a instalação de abrigos de passageiros destinados aos mesmos clientes em articulação com o Município de Braga.
 - c) A promoção e gestão de infraestruturas urbanas, incluindo mobiliário urbano afeto às áreas de intervenção que sejam relacionadas com a atividade da empresa municipal para a prossecução do seu objeto social;
 - d) Elaboração e promoção de estudos e projetos;
 - e) A promoção, exploração e gestão de equipamentos, que lhe sejam afetos;
 - f) A promoção, exploração e gestão de estacionamento público urbano e de parques de estacionamento, que lhe sejam afetos;
 - g) Gerir, explorar e fiscalizar o cumprimento das disposições do Código da Estrada, de legislação rodoviária complementar e dos Regulamentos e Posturas Municipais relativos ao estacionamento nas vias sob jurisdição do Município de Braga, nas áreas que forem definidas pela Câmara Municipal de Braga;
 - h) A prestação de informação pública sobre os circuitos de transportes públicos cuja exploração se propõe, horários respetivos e demais informações que for útil conhecer;



i) Fiscalizar ainda o cumprimento de legislação relacionada com o seu objeto social;

j) A disponibilização de modos alternativos de transporte público urbano;

k) A prestação de serviços na área de educação e sensibilização no âmbito da mobilidade urbana;

l) Proceder à cobrança de taxas, tarifas e preços, no âmbito da prossecução do seu objeto;

m) Proceder à liquidação, emissão de certidão de dívida e cobrança de dívidas, voluntária ou coerciva através do processo de execução fiscal, designadamente através de protocolo com a entidade competente, cujo produto reverte em 100% a seu favor, provenientes de taxas, tarifas, bloqueios, remoções, depósitos, juros de mora e custos administrativos devidos pela utilização de zonas de estacionamento de duração limitada, incluindo a instrução e decisão de pagamento em prestações;

n) Proceder à receção, instrução e decisão de reclamações provenientes de taxas, tarifas, bloqueios, remoções, depósitos, juros de mora e custos administrativos devidos pela utilização de zonas de estacionamento de duração limitada, e ainda a participação processual no domínio das correspondentes impugnações judiciais;

o) Proceder à emissão de autos de notícia, instauração, instrução, decisão, revogação, cobrança voluntária, promoção de cobrança coerciva e participação em impugnações judiciais, no domínio de procedimentos contraordenacionais rodoviários por infrações leves, relacionadas com o estacionamento proibido, indevido ou abusivo verificadas em Zonas de estacionamento de Duração Limitada, incluindo a aplicação de coimas bloqueios, remoções, depósitos e custas, revertendo o produto das coimas para o Município, nos termos do art.º 6º nº 3 do Decreto-Lei nº 107/2018 de 29 de novembro

p) Instruir ainda os processos de contraordenação por violação dos seus regulamentos ou dos regulamentos municipais aplicáveis no âmbito das atividades que constituem o seu objeto social.

2. Incluem-se, também, no objeto da empresa todas as atividades acessórias necessárias à boa prossecução do seu objeto social bem como as atribuições necessárias para o desempenho das competências em si delegadas.

5.º - A

Competências delegáveis

1. Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Município de Braga pode delegar na TUB.EM. os seguintes poderes de autoridade necessários à prossecução do seu objeto social:

a) Requerer a constituição de servidões e a expropriação por utilidade pública;

b) Administrar os bens do domínio público ou privado do Município de Braga que estejam afetos ao exercício da sua atividade;

c) Todos os demais poderes administrativos de autoridade pública previstos na Lei e necessários à prossecução do seu objeto social.



2. A TUB/EM tem o direito de utilizar o domínio público municipal e bens do domínio privado do Município de Braga para o cumprimento das suas obrigações, designadamente as referentes ao sistema de mobilidade Bus Rapid Transit, mediante afetação para efeito de implementação e exploração de infraestruturas ou equipamentos relacionados com o exercício da sua atividade, nos termos legalmente previstos.

Artigo 10.º

Competência do Conselho de Administração

- 1. (...)**
- a. (...)
- b. (...)
- c. (...)
- d. (...)
- e. (...)
- f. (...)
- g. (...)
- h. (...)
- i. (...)
- j. (...)
- k. Designar pessoal da TUB.EM para o exercício de funções de autoridade**

Artigo 11.º

Competência do Presidente do Conselho de Administração

- 1. (...)**
 - a) (...)
 - b) (...)
 - c) (...)
 - d) (...)
 - e) (...)
 - f) (...)
 - g) (...)
 - h) (...)
 - i) (...)
 - j) Representar a TUB/EM nos órgãos sociais das associações em que a empresa participe como associada, assegurando a defesa dos interesses da empresa e o cumprimento dos seus direitos e deveres enquanto membro desses órgãos.**
 - k) Providenciar a correta execução das deliberações.
- 2. Nas suas faltas e impedimentos o presidente será substituído pelo membro do conselho de administração por si designado ou, na falta de designação, pelo membro do conselho de administração o “mais antigo em funções”.**
- 3. O Presidente ou quem o substituir terá voto de qualidade.**



4. O Presidente pode delegar em qualquer membro do Conselho de Administração algumas das suas competências, devendo os limites e as condições do respetivo exercício ser definidos em ata.

